



RECURSO ADMINISTRATIVO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA

A/C PREGOEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2025

A empresa **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, nome fantasia: SOLUÇÃO MÓVEIS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.109.467/0001-03, com sede à Av. Vitor Gaggiato, s/n, b. Distrito Industrial, Santana do Paraíso/MG, CEP: 35.179-972, dados para contato: e-mail: licitacao@solucaomoveis.ind.br e telefone: (31) 99810-8836, por intermédio de seu representante legal, sócio da empresa, Sr. Vinicius Rodrigues Pereira, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº M-9.244.436 – SSP/MG e do CPF nº 039.416.456-33, vem, respeitosamente, apresentar **RECURSO** ao processo licitatório supracitado, aduzindo, para tanto, as razões de fato e de direito a seguir expostas:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsto no instrumento convocatório:

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Já na plataforma Portal de Compras Públicas consta expressamente os prazos:

19/09/2025 10:07:15 - Sistema - O prazo para recursos no item 0042 foi definido pelo pregoeiro para 25/09/2025 às 00:00, com limite de contrarrazão para 30/09/2025 às 00:00.

Sendo assim, é tempestivo o presente e merece ser conhecido, visto que está sendo enviado em 24/09/2025 antes de 23:59h.



DOS FATOS

1. PREAMBULO:

1.1. Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, localizada Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro, Amarante do Maranhão - MA, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, instituída pela portaria nº 093/2024 - GAP de 13 de Maio de 2024, realizara licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela Lei Municipal nº 526/2024, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para aquisição de Móveis, Eletrodomésticos e Eletrônicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão - MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

A licitação **NÃO** ocorreu normalmente, dentro da data e horário previstos em Edital. Somente dia 02/09 o processo retomou para início oficial, sem qualquer aviso prévio formal por parte da Administração. E para a nossa surpresa (ainda maior), antes da etapa de lances, restou desclassificada a nossa empresa **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, nome fantasia: SOLUÇÃO MÓVEIS, CNPJ: 25.109.467/0001-03. Ocorre que a licitante supracitada atendeu na íntegra às exigências do instrumento convocatório, ensejando a revisão de atos no presente processo. Para tanto, interpomos o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato que a desclassificou, errônea e injustamente, no certame em epígrafe, ficando impedida de disputar a etapa de lances, bem como contra a condução do certame sem a devida observância dos princípios da Administração Pública, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.



DOS DIREITOS

Síntese dos Fatos

- O Edital estabelecia a data e horário de início do pregão: **25/08/2025 às 9h**.
- Sem qualquer aviso prévio ou retificação formal, o Pregão foi efetivamente aberto apenas em **02/09/2025 às 9h05**.

02/09/2025 09:20:34	- Sistema - O item 0001 teve uma proposta de R\$ 531,67 cancelada pelo Pregoeiro.
02/09/2025 09:08:28	- Sistema - Motivo: EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM "4.10. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial de preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: 4.10.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;"
02/09/2025 09:08:28	- Sistema - O item 0001 teve uma proposta de R\$ 200000,00 cancelada pelo Pregoeiro.
02/09/2025 09:05:57	- Sistema - O processo está em fase de análise das propostas
02/09/2025 09:05:53	- Pregoeiro - MANTENHAM-SE CONECTADOS
02/09/2025 09:05:36	- Pregoeiro - AS PROPOSTAS APRESENTAS SERÃO ANALISADAS
02/09/2025 09:05:16	- Pregoeiro - BOM DIA
29/08/2025 07:46:34	- Sistema - O Pregoeiro adicionou o arquivo (RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO 022.2025..pdf) em 29/08/2025 às 07:46.
29/08/2025 07:45:41	- Sistema - O Pregoeiro adicionou o arquivo (ETP - MATERIAL PERMANENTE - MOVEIS.pdf) em 29/08/2025 às 07:45.

A alteração da data de início da sessão pública ocorreu **sem qualquer aviso prévio formal** por parte da Administração, sem a republicação do Edital ou a devida notificação aos licitantes cadastrados, pegando-nos de surpresa.

- Para nossa ainda maior surpresa, às **10:30:10**, o sistema cancelou nossa proposta para o item 0042, sob o argumento de "em desconformidade com o item 4.10.2 (Marca, modelo e fabricante)".

Ou seja, **após a retomada inesperada do processo e antes mesmo da etapa de lances**, nossa proposta para o **item 0042**, no valor de R\$ 615,27, foi sumariamente cancelada e desclassificada pelo Pregoeiro.

Não houve oportunidade para esclarecimento ou manifestação prévia sobre eventual falha formal no preenchimento do campo (se houvesse acontecido, o que não é verdade).

02/09/2025 10:30:10 - Sistema - O item 0042 teve uma proposta de R\$ 615,27 cancelada pelo Pregoeiro.
 02/09/2025 10:29:46 - Sistema - Motivo: EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM "4.10. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: 4.10.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;"



Ocorre que, **contrariamente ao motivo alegado**, nossa empresa **PREENCHEU DEVIDAMENTE OS CAMPOS EM QUESTÃO**, fornecendo todas as informações de marca, modelo e fabricante para o item 0042, conforme exigido pelo subitem 4.10.2 do Edital. A proposta apresentada contemplava e detalhava tais requisitos.

Vejamos:

Dados Do Fornecedor

Razão Social: SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA CNPJ: 25.109.467/0001-03
Email: comercial@solucaomoveis.ind.br Telefone: (31) 3822-6007

Validade da Proposta - Em dias, conforme o edital

Proposta Válida por: 60 dias.

42 - Kit Escolar, tipo: carteira com assento e encosto em MDF em tubo 7/8.

Quantidade: 1.462

Valor unitário: 615,27

Modelo: CJA=06

Detalhe: Kit Escolar, tipo: carteira com assento e encosto em MDF em tubo 7/8.

Sigla: UND

Valor total: 899.524,74

Marca/Fabricante: Própria/Próprio

A desclassificação da proposta de nossa empresa e a condução do certame merecem ser revistas, uma vez que ferem princípios basilares da Lei de Licitações e Contratos e da Constituição Federal.

A. Da Irregularidade na Condução do Certame – Violação dos Princípios da Publicidade, da Transparência e da Vinculação ao Instrumento Convocatório

- 1. Alteração de Data sem Aviso Formal:** O Edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes. A alteração da data e horário de abertura da sessão pública de um pregão, sem a devida publicação de retificação ou aviso formal e tempestivo a todos os



interessados, configura grave violação aos princípios da **publicidade**, da **isonomia** e da **vinculação ao instrumento convocatório** (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e Art. 37, XXI da CF/88).

A simples retomada do processo, sem qualquer comunicação prévia, impede que todos os potenciais concorrentes tenham acesso às condições do certame, prejudicando a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Este cenário gera insegurança jurídica e impede a participação plena e equitativa dos licitantes, configurando um vício insanável na condução do processo.

B. Dos Demais Princípios Violados

Princípio do Planejamento (Art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021):

A alteração intempestiva e não comunicada do cronograma do certame sugere uma falha no planejamento da contratação. Um processo licitatório bem planejado deve ter um cronograma claro e, se houver necessidade de alteração, esta deve ser devidamente motivada, publicada e comunicada com antecedência razoável. A ausência de planejamento adequado na condução do pregão, que resulta em mudanças de horário sem aviso, prejudica a confiança dos licitantes e a organização da Administração.

Princípio da Segurança Jurídica (Art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021):

A segurança jurídica garante que os participantes de um processo licitatório possam confiar nas regras e condições estabelecidas no Edital. A alteração arbitrária de datas e a desclassificação sumária por um motivo contestável minam essa segurança. Os licitantes investem tempo e recursos na preparação de suas propostas com base nas regras divulgadas. O descumprimento dessas regras pela própria Administração, sem justificativa ou aviso, gera instabilidade e imprevisibilidade, prejudicando a confiança no sistema de licitações.

**Princípio da Motivação (Art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021):**

Embora o Pregoeiro tenha apresentado um motivo formal para a desclassificação ("EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.10.2"), a motivação é falha quando o licitante afirma (e, idealmente, pode comprovar) ter preenchido os campos corretamente. A motivação de um ato administrativo deve ser clara, verdadeira e pertinente aos fatos. Se a informação foi, de fato, fornecida pela sua empresa, a motivação apresentada pelo sistema ou pelo Pregoeiro é inverídica e, portanto, inadequada para justificar a desclassificação.

Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade (Art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021):

A desclassificação automática da proposta, por uma suposta falha formal (**que reafirmamos não ter ocorrido**), sem qualquer oportunidade de esclarecimento ou saneamento, é uma medida desproporcional e desarrazoada. A razoabilidade exige que as decisões administrativas sejam sensatas e adequadas aos fins que se propõem, enquanto a proporcionalidade demanda que a sanção imposta seja compatível com a gravidade da infração. Excluir uma empresa por um problema de preenchimento (especialmente se o conteúdo estava presente) sem diálogo prévio não é razoável, pois impede a busca pela melhor proposta e sacrifica a competitividade por um rigor formal excessivo.

C. Da Desclassificação Indevida da Proposta – Plena Adequação e Violação aos Princípios do Formalismo Moderado, Contraditório e Ampla Defesa**1. Proposta Totalmente Adequada:**

Conforme explicitado anteriormente, a alegação do Pregoeiro de que a proposta estaria "EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.10.2. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado;" **não corresponde à realidade**. A nossa empresa se dedicou a preencher todos os campos exigidos, e as informações de marca, modelo e fabricante para o item 0042 **foram devidamente inseridas** no sistema eletrônico no momento do envio da proposta.

A desclassificação baseada em uma suposta falha que, de fato, não existe, sugere:



- **(i) Erro de sistema:** Problemas técnicos na plataforma eletrônica podem ter ocultado ou não registrado corretamente as informações preenchidas.
- **(ii) Falha de análise do Pregoeiro:** As informações podem ter sido apresentadas de forma que o Pregoeiro, em uma análise inicial e extremamente rápida (pouco tempo após a retomada da sessão), não as localizou, sem, contudo, conceder oportunidade para esclarecimento.

Em ambos os casos, a desclassificação seria injusta e passível de revisão, uma vez que a essência da exigência editalícia foi cumprida.

No caso, claramente o que ocorreu foi que o agente de contratação não observou que a nossa proposta foi devidamente cadastrada previamente e, injustamente, nos desclassificou do processo.

Tal afirmação pode ser confirmada pela cópia da proposta impressa, gerada pelo próprio sistema do Portal de Compras Públicas, o que torna indubitável que não houve erro sistêmico, mas tão somente erro humano na análise e julgamento da nossa proposta inicial.

2. Princípio do Formalismo Moderado e da Proposta Mais Vantajosa:

Mesmo na remota hipótese de ter havido alguma imprecisão ou falha formal mínima – que aqui se nega veementemente –, o Pregoeiro deveria ter observado o **princípio do formalismo moderado** e da **busca pela proposta mais vantajosa** (Art. 37, XXI, CF/88).

A Nova Lei de Licitações trata da fase de julgamento das propostas no pregão eletrônico e prevê expressamente a possibilidade de o Pregoeiro solicitar que a empresa sane erros ou falhas na sua proposta, desde que não alterem a substância da proposta, sua validade jurídica e econômica.

É o que previu o próprio instrumento convocatório:

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



A desclassificação sumária, sem qualquer oportunidade de esclarecimento ou correção – que certamente seria mínima, dada a prévia inclusão das informações pela nossa parte – fere essa diretriz e impede a Administração de obter a melhor contratação. O Tribunal de Contas da União (TCU) possui vasta jurisprudência que prestigia o saneamento de falhas meramente formais para preservar a competitividade e a proposta mais vantajosa (e.g., Acórdãos 1591/2007-Plenário, 253/2013-Plenário, 1162/2016-Plenário).

3. Violação dos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa:

A desclassificação abrupta, sem qualquer comunicação prévia ou concessão de prazo para manifestação acerca da suposta falha, cerceou os direitos constitucionais ao **contraditório e à ampla defesa** (Art. 5º, LV, da CF/88).

O Pregoeiro, ao constatar uma suposta desconformidade, deveria ter oportunizado à licitante a chance de se manifestar e comprovar o preenchimento ou corrigir a informação, antes de proferir uma decisão tão gravosa quanto a desclassificação.

Assim, diante dos fatos, das legalidades cumpridas, das dúvidas suscitadas, sanadas de pronto mediante o presente recurso, e da necessidade de revisão dos atos relativos ao certame, a Recorrente apresenta seus pedidos.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a Recorrente requer:

1. Que se acate este Recurso como tempestivo e procedente.
2. O **reconhecimento da nulidade** da alteração da data de início do certame sem a devida publicidade e formalização, o que por si só vicia o procedimento.
3. A **anulação do ato administrativo** que desclassificou a proposta de nossa empresa para o **item 0042**, tendo em vista que as informações de marca, modelo e fabricante foram devidamente inseridas, e que a desclassificação foi indevida.



4. A **imediata reintegração** de nossa empresa na disputa para o item 0042 e a consequente **reabertura da etapa de lances**, a fim de que possamos exercer nosso direito de competir em igualdade de condições e a Administração possa buscar a proposta mais vantajosa.
5. **Subsidiariamente**, caso Vossa Senhoria entenda que ainda há alguma pendência formal a ser sanada (o que se admite apenas para fins de argumentação), requer-se a concessão de **prazo mínimo de 30 (trinta) minutos** para que possamos ratificar ou complementar as informações de marca, modelo e fabricante do item 0042, conforme previsto nas legislações pátrias, e na jurisprudência do TCU.
6. No mérito, o seu total **provimento**, para **reformular** os feitos equivocados e a **decisão do Pregoeiro** que, errônea e injustamente, desclassificou a empresa SOLUÇÃO MÓVEIS no certame, especificamente quanto ao item 0042 (que foi o único item de interesse da empresa).
7. A consequente **classificação** da proposta da Recorrente, uma vez que foi demonstrado o cumprimento de todas as exigências do edital, sendo a falha apontada um mero vício formal sanável (que sequer ocorreu – não da nossa parte!).

Que se submeta o presente à autoridade competente imediatamente superior para análise e decisão, se for o caso.

É o que rogamos por justo e certo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Santana do Paraíso/MG, 24 de setembro de 2025.

SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS
 LTDA:25109467000103

Assinado de forma digital por
 SOLUCAO INDUSTRIA E
 COMERCIO DE MOVEIS
 LTDA:25109467000103
 Dados: 2025.09.24 18:06:14
 -03'00'

SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

VINICIUS RODRIGUES PEREIRA (Sócio Proprietário)

RG: M.9244436/CPF: 039.416.456-33

Telefone de contato: (31) 3822-6007

25.109.467/0001-03
 SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
 MÓVEIS LTDA
 AV. VITOR GAGGIATO S/N S/N
 DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 35179-972
 SANTANA DO PARAÍSO, MG

SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME

AV. VÍTOR GAGGIATO S/N - DISTRITO INDUSTRIAL

SANTANA DO PARAÍSO - MG / CEP: 35179-972

EMAIL: comercial@solucaomoveis.ind.br

TEL: (31)99311 - 0417



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600328932

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGE2500401018

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

SANTANA DO PARAISO

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

13 JANEIRO 2025

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

_____/_____/_____
Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/027.351-9	MGE2500401018	15/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
039.416.456-33	VINICIUS RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
“SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA”
CNPJ: 25.109.467/0001-03

Pelo presente instrumento Particular, e na melhor forma de direito, a parte:

VINICIUS RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, nascido aos 19/07/1977, inscrito no CPF nº 039.416.456-33, Carteira de Identidade M-92.444.36 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua João Monlevade, nº519, Apto 501, Bairro Cidade Nobre, em Ipatinga-MG, CEP: 35.162-378.

Titular da Empresa Individual de responsabilidade Limitada – LTDA, denominada **SOLUÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, com a expressão fantasia “SOLUÇÃO MÓVEIS, com a duração de prazo indeterminado, com sede na Av. Vitor Gaggiato, nº s/n, Bairro: Distrito Industrial/ Santana do Paraíso – MG, CEP: 35.179-972”. E com seu Ato Constitutivo devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 31600328932 em 30/06/2016, resolve promover a primeira alteração contratual, em conformidade com a Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir desta data, o titular resolve constituir outra filial, que será instalada na Alameda Parnaíba, Nº 975, Matinha – Teresina – PI CEP:64003200, com o mesmo ramo de atividade.

Estando o titular Vinicius Rodrigues Pereira, já qualificado, justo e decidido, resolve promover a CONSOLIDAÇÃO de todas as cláusulas do Ato Constitutivo, em conformidade com a Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro, como segue:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

SOLUÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA

A empresa girará sob o nome empresarial **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para fins de propaganda, promoção e visualização, destinada á venda de suas mercadorias, a sociedade continua adotando o nome fantasia de: **“Solução Móveis”**.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem a sua sede estabelecida na cidade de Santana do Paraíso-Mg, na Av. Vitor Gaggiato, nº s/n, Bairro Distrito Industrial, CEP: 35.179-972.

A sociedade, tem uma filial contituída e instalada na Rua da Conceição, Nº13, sala 605, Centro, Niterói – Rio de Janeiro – cep:24020080, no mesmo ramo de atividade. A partir desta data, o titular resolve constituir outra filial, que será instalada na Alameda Parnaíba, Nº 975, Matinha – Teresina – PI CEP:64003200, com o mesmo ramo de atividade.



5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
“SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA”

CNPJ: 25.109.467/0001-03

A partir desta data, o titular resolve constituir outra filial, que será instalada na Alameda Parnaíba, Nº 975, Matinha – Teresina – PI CEP:64003200, com o mesmo ramo de atividade.

CLÁUSULA QUARTA

Fabricação de moveis com predominância em madeira. Comercio varejista de moveis e equipamentos. Fabricação de artigos em metal e plástico para uso domestico e pessoal. Comercio varejista de materiais de construção, tais como, materiais hidráulicos, tintas e materiais para pintura, madeiras e artefatos. Fabricação, Comércio e Distribuição de móveis em qualquer material, equipamentos e eletrodomésticos.

CLÁUSULA QUINTA

O Capital Social é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Julho de 2016, com prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA

O encerramento do exercício dar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

CLAUSULA OITAVA

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLAUSULA NONA

Fica eleito o foro da Comarca de Santana do Paraíso-Mg para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

Santana do Paraíso, 15 de Janeiro de 2025.

VINICIUS RODRIGUES PEREIRA
SÓCIO ADMINISTRADOR



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/027.351-9	MGE2500401018	15/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
005.654.576-24	MARLI MARTINS SILVA
039.416.456-33	VINICIUS RODRIGUES PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM

SECRETÁRIA-GERAL



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 25/027.351-9 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 12447214 em 31/01/2025 da empresa 3160032893-2 SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
2290045926-1	25.109.467/0003-67	ALAMEDA PARNAIBA 975 - BAIRRO MATINHA CEP 64003-200 - TERESINA/PI

31 de jan de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 6/8



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, de NIRE 3160032893-2 e protocolado sob o número 25/027.351-9 em 15/01/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12447214, em 31/01/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
039.416.456-33	VINICIUS RODRIGUES PEREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
039.416.456-33	VINICIUS RODRIGUES PEREIRA
005.654.576-24	MARLI MARTINS SILVA

Belo Horizonte. sexta-feira, 31 de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Weveling Paulino Rodrigues de Aguiar, Servidor(a) Público(a), em 31/01/2025, às 07:43 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/027.351-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

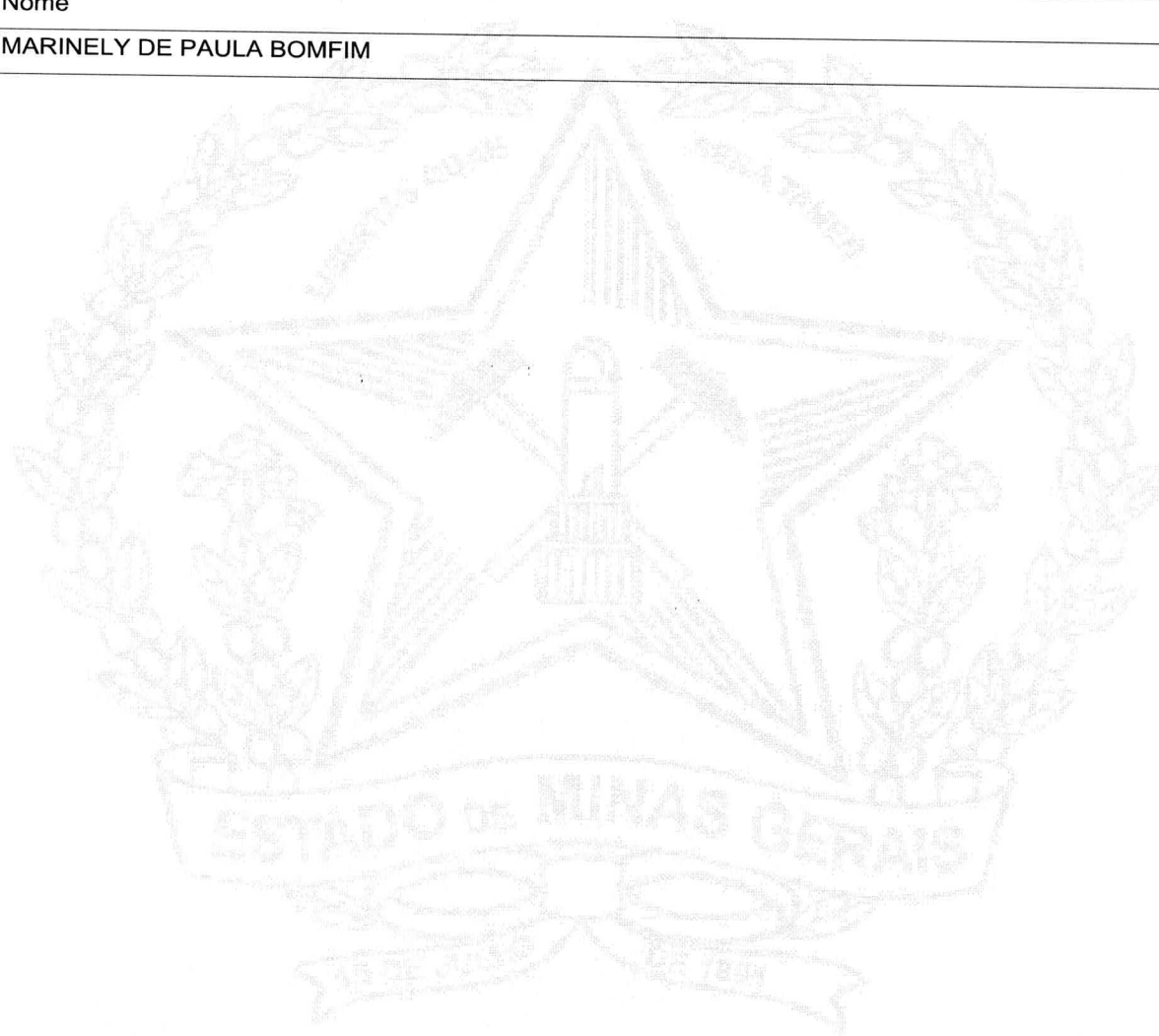
o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. sexta-feira, 31 de janeiro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12447214 em 31/01/2025 da Empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, Nire 31600328932 e protocolo 250273519 - 15/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: D93E52E14336D27AD9A8CE36C51CF428225224EC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/027.351-9 e o código de segurança UTRI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL